

EVOLUÇÃO DOS PLANOS DE MANEJOS FLORESTAIS APROVADOS E IMPLANTADOS NO ESTADO DE MATO GROSSO NO PERÍODO DE 2000-2014

Alessandra Maria Filippin dos Passos¹
Aumeri Carlos Bampi²

Eixo temático: Recursos Naturais

RESUMO

Dadas as contribuições das florestas em pé na redução das mudanças climáticas, conservação de espécies, ciclo hidrológico, qualidade dos solos, água e ar, a cobertura florestal nativa atesta o equilíbrio ecológico dos ecossistemas. Contudo, devido aos fatores de colonização da região amazônica, a inserção de atividades econômicas, como a expansão da fronteira agrícola e pecuária e a extração madeireira de origem ilegal contribuíram para o avanço do desmatamento nos estados que compõem a Amazônia Legal, onde o estado de Mato Grosso vem apresentando taxas elevadas de degradação florestal. Deste modo, como forma de mitigar a exploração ilegal de madeira e consequentemente contribuir na redução do desmatamento, o estudo tem como objetivo demonstrar os esforços do estado de Mato Grosso referente a gestão florestal, evidenciando a implantação de manejos florestais, onde no período de 2000-2014 foram aprovados e implantados cerca de 2.174 planos de manejos buscando a extração sustentável dos recursos florestais associados a outras atividades extrativistas, a metodologia utilizada foi uma revisão de literatura e coleta de dados tendo como base SCIELO, Periódicos CAPES, GOOGLE Acadêmico e dados do IBAMA e SEMA-MT.

Palavras-chave: Desmatamento; Gestão florestal; Exploração ilegal; Amazônia Legal; Manejo florestal sustentável.

INTRODUÇÃO

Considerando os benefícios das florestas no bioma Amazônia, tendo em vista seus valores ambientais e econômicos, a manutenção das florestas é garantida por conta dos seus serviços fornecidos. Além do que, há outras alternativas de produção para a valorização das florestas: implantação de manejos florestais, fruticultura, energia, produtos não madeireiros, ecoturismo, bioprospecção, extrativismo e uso consciente público (RUDORFF *et al.*, 2010).

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (2016), manejo florestal sustentável é a administração da floresta visando obter benefícios econômicos, socioambientais, levando em conta as limitações dos ecossistemas, ou seja, manejar áreas e extrair as espécies de acordo com as ordenações de um manejosustentável e pensando no futuro da área e das espécies.

A Amazônia brasileira é uma das regiões que apresentam maior potencial produtivo relacionado à extração de madeira tropical, ficando atrás somente da Malásia e Indonésia. A

¹Economista, Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais pela Universidade do Estado de Mato Grosso - Campus de Cáceres-MT, alessandraflppn@gmail.com.

²Prof. Dr. Aumeri Carlos Bampi na Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus de Sinop-MT, Departamento de Educação e Linguagem e dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e Geografia, Campus de Cáceres-MT, profaumericarlosbampi@gmail.com.

exploração madeireira, seu processamento e beneficiamento se destacam como uma das principais atividades econômicas desenvolvidas na região amazônica, com a mineração, a expansão agrícola e pecuária. (HUMMEL *et al.*, 2010).

Contudo, devido aos elevados níveis de desmatamento e de extração ilegal da madeira esse potencial produtivo encontra-se ameaçado. Dados de ABIMCI (2014) destacam que entre 1988 e 2010 foram desmatados 37 milhões de hectares nos estados que compõem a Amazônia Legal, correspondendo em média 1,7 milhão de hectares ao ano.

A ilegalidade na exploração florestal é considerada um dos determinantes do desmatamento. O Brasil tem feito progressos lentos contra a exploração madeireira ilegal, onde a corrupção e a fraude permanecem no setor. Devido à gestão ineficiente dos órgãos, além da redução de recursos e incentivos a exploração legalizada (BLOCK *et al.*, 2014).

A atuação da extração ilegal de madeira no país, em aspectos econômicos se sobressai devido aos produtos serem mais baratos havendo empecilho para as práticas dos manejos florestais. Com o setor madeireiro atuando de forma legal e sustentável, o modelo de desenvolvimento da região amazônica seria configurado para aproveitar os recursos naturais de forma inteligente e que reduziria impactos ambientais da atividade madeireira, garantindo qualidade tanto para a floresta como para a sociedade (LERER e MARQUESINI, 2005).

Com 1,15 milhões de km² de florestas aptas para a produção sustentável de bens e serviços florestais, o manejo de florestas naturais apresenta uma oportunidade para a promoção do desenvolvimento de base florestal e para a manutenção da qualidade ambiental e valor econômico da região (BANERJEE e ALAVALAPATI, 2010).

Dada a importância das florestas, seus benefícios ecológicos e potencial produtivo, a extração madeireira ilegal gera impactos negativos ao meio ambiente. Neste aspecto, o estado de Mato Grosso demonstra elevados índices de desmatamento, contudo segundo a literatura os manejos florestais são evidenciados como forma de extração sustentável das florestas. Deste modo, o estudo tem como objetivo demonstrar a evolução dos manejos como forma de atividade sustentável no estado de Mato Grosso no período de 2000-2014.

METODOLOGIA

O presente estudo foi desenvolvido a partir de uma revisão de literatura, onde foram considerados os principais autores nacionais e internacionais que dialogam a respeito do tema

abordado. Foram selecionados artigos das seguintes base de dados: SCIELO, Periódicos CAPES, GOOGLE Acadêmico e dados do IBAMA e SEMA-MT.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Fearnside (2006), o bioma amazônico vem sendo devastado pela expansão do desmatamento, os serviços ambientais provenientes da floresta são altos, e quando a mesma é degradada há efeitos significativos em relação a manutenção da biodiversidade.

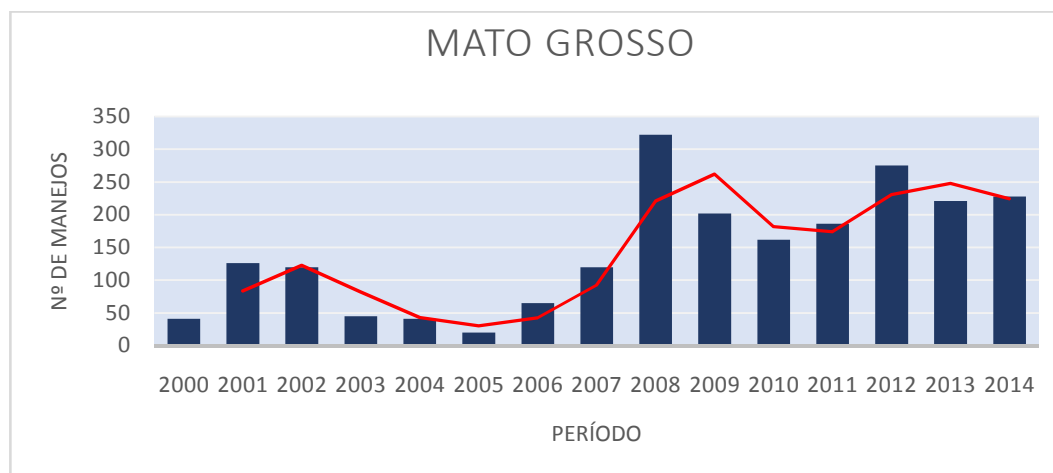
Os principais determinantes que originaram o desmatamento no Bioma Amazônico estão ligados à expansão da agricultura, a falta de ordenamento territorial (legislação ambiental versus política fundiária), a pecuária e as obras de infraestrutura, em especial as rodovias e a extração de madeira nativa ilegal (LEMOS e SILVA, 2011).

No estado do Mato Grosso, devido ao desenvolvimento e aos incentivos das colonizadoras, a inserção da atividade agropecuária e os garimpos, os efeitos dessa ocupação resultaram em grandes modificações na paisagem dos biomas (ANDERSON., *et al*2005).

De acordo com os dados do Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – IMAZON (2017) demonstraram que o estado de Mato Grosso vem sendo um dos estados com maiores índices de desmatamento que aumentou cerca de 190% esses indicadores em 2016 comparado com o ano de 2015.

Uma das principais formas de combater a ilegalidade do setor madeireiro, e mitigar o desmatamento, é dada pela implantação de manejos florestais sustentáveis. A prática de manejo florestal é considerada a melhor alternativa para aliar a conservação ambiental com o crescimento das comunidades no interior da região da Amazônia Legal, tendo total importância na geração de emprego e renda (WELLESLEY, 2014).

Gráfico 1- Evolução dos Planos de Manejos Florestais implantados em Mato Grosso



Fonte: IBAMA/SEMA-MT (2015), elaborado pela autora.

Buscando a legalidade na extração florestal, o estado de Mato Grosso vem desenvolvendo esforços em relação a implantação de planos de manejos florestais, onde o estado apresentou 2.183 manejos aprovados e implantados no período de 2000-2014.

Segundo dados fornecidos pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA-MT), e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o período de 2000-2006 foi considerado discreto em relação a inserção dos planos de manejos, fator esse atrelado a falta de investimentos e não cumprimento da legislação florestal. Já o ano de 2008 foi o mais significativo onde foram aprovados e implantados 322 planos de manejos, representando 15% do total de manejos florestais implantados no estado.

Contudo, em 2009 a inserção de planos de manejos florestais reduziu (-39%), segundo o ICV essa diminuição se deu pela burocracia e retardamento no licenciamento ambiental nas áreas de manejo no estado, onde por consequência, a oferta de madeira legal originada dos manejos sustentáveis diminuiu. O ano de 2010, também demonstrou uma redução no número de manejos implantados (-20%), reduzindo também a exploração de madeira nativa.

No entanto, o ano de 2012 apresentou a segunda maior significância dado o período analisado, representando 13% do total de manejos implantados. Os anos seguintes de 2013 e 2014, mantiveram-se elevados e apresentaram pouca variação.

Logo, pode ser visto que por conta da burocracia e a falta de incentivos impedem a constante aprovação e implantação dos planos de manejos florestais, levando a oscilação na quantidade anual abrindo espaço para a extração ilegal de madeira, onde a mesma é considerada menos custosa e burocrática em curto prazo.

CONCLUSÕES

De acordo com a evolução dos planos de manejos no estado de Mato Grosso, como forma de extração sustentável dos recursos florestais e mitigar o desmatamento, o estado aprovou cerca de 2.174 manejos florestais de 2000 até 2014, onde os anos de 2008 e 2012 foram os mais significativos, representando 15 e 13%, respectivamente.

Além da importância dos manejos florestais em relação a gestão da floresta, outro fator relevante são os benefícios socioeconômicos que os manejos proporcionam, abrindo espaço para dialogar com outras atividades florestais como o extrativismo utilizando os conhecimentos empíricos das populações locais na elaboração do projeto de manejo e na

prática do mesmo fortalecendo a participação local no processo fomentando benefícios sociais e ambientais.

REFERÊNCIAS

ABIMCI – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE MADEIRA PROCESSADA E INDÚSTRIAL Estudo setorial. Disponível em: <http://www.abimci.com.br/estudos-setoriais/>. Acesso em: 17 abril de 2018.

ANDERSON, L. O., SHIMABUKURO, Y. E., LIMA, A., & MEDEIROS, J. S (2005). Mapeamento da cobertura da terra do Estado do Mato Grosso através da utilização de dados Multitemporais do Sensor Modis. *Geografia*, 30(12), 2005.

BANERJEE, O.; ALAVALAPATI J. "Illicitexploitationof natural resources: The forestconcessions in Brazil." *JournalofPolicyModeling* 32.4: 488-504, 2010.

BLOCK, S., GALABUZI, G. E., & WEISS, A. (2014). The colourcodedlabourmarketbythenumbers. *Toronto, ON: WellesleyInstitute*, 2009.

FEARNSIDE, P. M. (2006). Desmatamento na Amazônia: dinâmica, impactos e controle. *Acta Amazonica*,36(3), 395–400, 2006.

HUMMEL, A. C., ALVES, M. D. S., PEREIRA, D., VERÍSSIMO, A., & SANTOS, D. A atividade madeireira na Amazônia brasileira: produção, receita e mercados. Belém: Imazon, 2010.

IBAMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/>. Acesso em abril de 2018.

ICV, Instituto Centro de Vida. Disponível em:<http://www.icv.org.br/>. Acesso em junho de 2018.

LEMO, A. L. F.; SILVA, J. A. Desmatamento na Amazônia Legal: evolução, causas, monitoramento e possibilidades de mitigação através do Fundo Amazônia. *Floresta e Ambiente* 18.1 p. 98-108, 2011.

LERER, R., MARQUESINI, M. **Tolerância zero: chega de madeira ilegal**.Greenpeace Brasil, 2005.

Ministério do Meio Ambiente, 2016. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/florestas/manejo-florestal-sustent%C3%A1vel>. Acesso em fevereiro de 2018.

RUDORFF, B. F. T.; AGUIAR, D. A.; SILVA, W. F.; SUGAWARA, L. M.; MOREIRA, M. A. StudiesontheRapidExpansionofSugarcane for EthanolProduction in São Paulo State (Brazil) UsingLansat Data. Remote Sensing, 2010.

SAD (Sistema de Alerta de Desmatamento) – IMAZON (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia). Disponível em: <http://amazonia.org.br/2016/05/desmatamento-da-amazonia-legal-aumenta-190-em-mt-diz-imazon/> Acesso em: abril de 2018.

SEMA-MT, Secretaria de Estado de Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.sema.mt.gov.br/>. Acesso em maio de 2018.

WESLLESLEY, L. Exploração Florestal Ilegal e Comércio Conexos A Resposta no Brasil. Energia, Meio Ambiente e Recursos, 2014.